

SAMANTA SALLUM samantasallum.df@cbnet.com.br

CAPITAL S/A

“**TODO MUNDO PENSA EM MUDAR O MUNDO, MAS NINGUÉM PENSA EM MUDAR A SI MESMO.**”

Leon Tolstói

Setor produtivo alarmado com reforma tributária

O PL 2.337/2021, que trata da reforma do Imposto de Renda, está alarmando o setor produtivo. Segundo fontes ouvidas pela coluna, a proposta do governo desincentiva a realização de investimentos na economia brasileira, o que leva à redução do crescimento sustentado no médio e longo prazo. O texto é considerado prejudicial ao setor produtivo, aumentando a carga tributária, gerando instabilidade num momento de retomada. Alguns especialistas apontam que, em alguns casos, chega a ser “confisco” e que a ampliação da isenção é inexpressiva. As lideranças empresariais estão se mobilizando para evitar prejuízos e sensibilizar o Congresso a fazer alterações.

CNI aponta problemas

A Confederação Nacional da Indústria avalia que o PL de reforma do Imposto de Renda precisa passar por aperfeiçoamentos significativos. Entre os problemas apontados estão: alíquotas de 29% para o IRPJ/CSLL sobre o lucro e de 20% para o IRRF na distribuição, inclusive intragrupos econômicos, e o fim das deduções de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

A proposta da CNI é de redução da alíquota total de tributação da renda das pessoas jurídicas de 34% para 20%, em contrapartida à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de 15% sobre a distribuição de lucros e dividendos para fora do grupo econômico.

CNC defende simplificação

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) está analisando os efeitos sobre as empresas da proposta enviada à Câmara dos Deputados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A entidade defende que sejam adotadas medidas voltadas para desonerar os contribuintes, assim como a desburocratização e a simplificação do sistema tributário, com vistas a melhorar o ambiente de negócios e estimular os investimentos, com geração de emprego e renda.



Fecomércio-DF

A Câmara de Tributação e Finanças Públicas da Fecomércio-DF se reunirá na quinta-feira para examinar a nova proposta de reforma tributária. No momento, a entidade ainda não emitiu uma posição.

Fibra-DF critica alíquota elevada

Segunda a Fibra, o setor industrial do DF apoia a PEC 45, “que é um projeto de reforma tributária amplo e que tem potencial para tornar a carga tributária mais justa, aumentando a competitividade do país e atraindo investimentos”. Mas a entidade critica o PL 2.337/2021, que trata da reforma do Imposto de Renda. “A proposta acerta ao desonerar as empresas, porém impõe alíquota elevada aos dividendos. Na forma como está, o projeto pode ser um desestímulo aos investidores empresariais, que já pagam bastante imposto antes mesmo de obterem os dividendos”, aponta a Fibra.

Pelo fim da guerra fiscal entre os estados

“Estamos tentando entender ainda qual será a reforma, pois até agora temos muita especulação. Não está parecendo uma reforma, e, sim, uma junção de impostos com aumento de carga tributária em alguns pontos e diminuição em outros. A reforma que vier simplificar a tributação e acabar com a guerra fiscal entre estados, diminuindo subsídios e dando segurança jurídica para empresas, já é um bom começo”, aponta o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do DF, Wagner Silveira.

Ed Alves/CB/D.A Press



Vale-gás vai injetar R\$ 24 milhões no comércio

Em parceria com o Sindicato dos Revendedores de Gás do DF, o governador Ibaneis Rocha criará, nos próximos dias, mais um benefício social para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia. Vai anunciar o vale-gás. A medida injetará no setor R\$ 24 milhões nos próximos 12 meses. O objetivo é atender à demanda emergencial de famílias carentes, fortalecer a atividade econômica da revenda de gás e, assim, gerar empregos.

Carlos Vieira/CB/D.A Press - 22/7/19

Incentivo aos revendedores

Serão atendidas 41 mil famílias. O benefício será coordenado pela primeira-dama do DF e secretária de Desenvolvimento Social, Mayara Noronha, em parceria com a Secretaria de Economia do DF. O Sindigás avalia como um grande incentivo ao setor, que vinha enfrentando dificuldades com a queda da compra de gás e alguns pontos de vendas tendo de ser fechados. São cerca de 500 no DF.



Controle

“Os beneficiados vão receber um cartão, que só poderá ser usado a cada dois meses nos estabelecimentos credenciados pelo GDF. O botijão será entregue no domicílio. Assim, já estaremos, com o uso da tecnologia, auditando o benefício, sabendo exatamente quem está vendendo e quem está recebendo”, explica o secretário de Economia, André Clemente. “Ele será provisório. Queremos inserir essas pessoas no mercado de trabalho, garantindo capacitação para que não precisem depender do benefício”, completa

LEGISLATIVO/ No segundo semestre de 2021, deputados distritais continuarão acompanhando o combate à pandemia da covid-19, com atenção ao retorno das aulas presenciais nas escolas públicas. Luos e iniciativas de auxílio financeiro devem entrar na pauta

Foco na economia e na saúde

Ana Rayssa/CB/D.A Press - 15/4/20



Presidente da Casa, Rafael Prudente (MDB) adianta que mais projetos do Pró-Economia serão apreciados

Trabalhos da CLDF no 1º semestre de 2021

» Projetos de lei relativos à covid-19 aprovados: 25
» Projetos com tramitação concluída: 486

» Sessões extraordinárias remotas: 54
» Projetos apreciados propostos pelo GDF: 42

Fonte: Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)

» ANA ISABEL MANSUR
» PEDRO MARRA

Após o encerramento do primeiro semestre legislativo de 2021, há uma semana, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) fechou mais um ciclo de trabalho voltado, principalmente, à emergência sanitária provocada pela covid-19, com atenção às áreas sociais e econômicas. Em consonância ao que vinha sendo feito em 2020, os primeiros seis meses de 2021 contaram com projetos voltados à pandemia, mas os parlamentares incluíram pautas voltadas à retomada financeira no Distrito Federal, com a expansão do prazo de adesão ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis) e a suspensão do pagamento de multas e juros do IPVA e IPTU pelo setor de eventos.

“Sem dúvida, a pauta econômica vai ocupar bastante os trabalhos (da CLDF), mas a prioridade para o segundo semestre será acompanhar de perto o início das aulas (presenciais na rede pública, previsto para 2 de agosto) e o avanço no cronograma de vacinação. Esperamos que, até o fim do mês de setembro, toda a população adulta do DF esteja vacinada, então a saúde pública continuará sendo tema”, observa o presidente da Casa, deputado Rafael Prudente (MDB).

Para o distrital, a economia entrará em pauta na CLDF com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) e programas de incentivo. “Vamos discutir a Luos, com expectativa de encaminhamento de mais de uma dúzia de outras alterações pontuais. O Pró-Eco-

nomia, com projetos já votados, ainda tem outros para serem ajustados no segundo semestre”, completa o presidente, citando o pacote do Governo do Distrito Federal (GDF) com 20 medidas para reaquecer a economia e garantir o crescimento e a geração de empregos em setores atingidos pela pandemia da covid-19.

O deputado Rodrigo Delmaso (Republicanos), vice-presidente da CLDF, avalia a relação da Casa com o Executivo local de

maneira positiva. “O governo tem mantido o diálogo sempre aberto em todos os projetos, e o relacionamento tem sido excelente, basta ver que a quantidade de projetos aprovados”, destaca, referindo-se às 486 proposições apreciadas pela CLDF, das quais 42 são de autoria do GDF. Para o parlamentar, a expectativa é de que matérias sobre infraestrutura sejam apreciadas. “Esperamos que o GDF envie o PPCUB (Plano de Preservação do Conjunto Ur-

banístico de Brasília), outra demanda antiga da cidade”, conta o vice-presidente.

Oposição

Para a presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC), deputada Arlete Sampaio (PT), o primeiro semestre do ano foi muito rico em projetos, principalmente na educação. “Essa legislatura gosta de fazer muitos projetos de qualida-

de, sobretudo porque estamos vivendo um período de pandemia. Mas eu destaco o projeto do Executivo que propunha a criação da Universidade do Distrito Federal (UnDF). Trabalhamos bastante sobre ele, realizando diversas audiências públicas com especialistas na área de ensino superior, e modificamos o projeto, construindo um substitutivo. Do ponto de vista da abrangência, considero um dos projetos mais importantes na Câmara”, defende Arlete. Se o PL for aprovado pelo GDF, a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) passará a integrar a UnDF.

A deputada adianta quais os principais desafios para a Casa no segundo semestre do ano, desde assuntos fundiários à saúde. “Deverá vir a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que passa pela Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), onde participo. Mas a primeira coisa que vamos fazer é uma audiência pública no começo de agosto para discutir o retorno das aulas, como se dará, além de continuar acompanhando a vacinação. Precisamos ter uma vacinação massiva em Brasília para ter o corte da cadeia de transmissão do vírus”, complementa Arlete.

Para o deputado Fábio Felix (Pso), três temas se destacaram ao longo do trabalho feito no primeiro semestre da CLDF: criação da CPI do Femicídio, aprovação da Lei Distrital Orgânica (LDO) para 2022 e o projeto de auxílio emergencial de R\$ 408 para pessoas em situação de vulnerabilidade social. “Focamos na melhoria do monitoramento das medidas protetivas de urgência. Acho que o projeto do auxílio emergen-

cial foi importante para o debate político dentro da Câmara, porque mostra que precisamos ter uma renda emergencial também no âmbito distrital. Tivemos mais de 700 mil pessoas recebendo o auxílio federal no DF, em 2020, o que representa quase 1/3 da população. A gente lamenta que o governo até agora tenha vetado essa proposta, pois (o GDF) poderia ter enviado um PL de iniciativa própria para o Poder Legislativo, que seria rapidamente aprovado”, opina o parlamentar.

Calamidade

Cientista político e assessor legislativo, Ismael Almeida analisa que a atuação da CLDF nesta crise sanitária foi fundamental para evitar mais perdas e prejuízos. “Neste primeiro semestre, uma das votações mais relevantes foi a prorrogação do estado de calamidade, solicitada pelo GDF, até dezembro de 2021. Isso mostra que ainda há preocupação com a evolução da pandemia em função das novas cepas (do vírus, que começaram a circular no Brasil), uma vez que não sabemos qual será o impacto. Por precaução, a CLDF prolongou (o estado de calamidade) para que o GDF tenha maior flexibilidade nos gastos de combate à pandemia”, ressalta.

Para o especialista, a questão fiscal deve voltar à pauta da Câmara. “O Refis pode tomar força, por conta da dificuldade financeira de empresários, apesar dos esforços do governo local de socorrer os pequenos comércios. Ainda há muitas pessoas com dívidas acumuladas, e deve haver alívio, por exemplo, do pagamento de tributos”, explica Ismael.